

## O FEMINISMO RADICAL OU A UTOPIA DA IGUALDADE DE GÊNERO NO ANTIGO EGITO?

Gregory da Silva Balthazar\*

### Resumo

A egiptologia nasceu no dia 22 de setembro de 1822, quando o filólogo francês Jean François Champollion comunicou à *Académie Française des Beaux-Arts* a decifração dos hieróglifos. Contudo, foi somente na segunda metade do século XX, com a emergência da segunda onda do movimento feminista, que a egiptologia passou a se questionar sobre o lugar reservado às mulheres no antigo Egito. A partir de uma revisão historiográfica, problematizaremos os desdobramentos do discurso feminista no desenvolvimento da escrita egiptológica, com especial enfoque nos usos políticos do singular papel das mulheres egípcias na antiguidade para a legitimação de reivindicações de emancipação social do feminismo radical.

**Palavras-chave:** Gênero; história das mulheres; egiptologia; feminismo radical; historiografia.

### Abstract

Egyptology was founded on September 22, 1822, when the French philologist Jean François Champollion notified the *Académie Française des Beaux-Arts* the deciphering of the hieroglyphs. However, it was only in the second half of the twentieth century, with the emergence of second-wave feminism, that Egyptology began to question the place reserved for women in ancient Egypt. Based on a historiographical review, I will debate the ramifications of feminist discourse in the development of egiptological writing, with special focus on the political uses of the unique role of Egyptian women in antiquity for the legitimation of social emancipation claims from radical feminism.

**Keywords:** Gender; women's history; egyptology; radical feminism; historiography.

---

\* Licenciado e bacharel em História pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (2010), mestre em História pela Universidade Federal do Paraná (2013), e doutorando em Educação pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

## Introdução

A historiadora Michelle Perrot (2005) escreveu como o silêncio foi parte basilar da construção do lugar social reservado às mulheres ao longo da história, o que as relegou a uma posição secundária e subordinada à figura masculina e aos limites do espaço privado. Ao seguirem essa linha de raciocínio, diversas/os historiadoras/os estenderam o silêncio da historiografia sobre as experiências das mulheres no passado como uma consequência natural de sua opressão social: sua ausência dos lugares públicos e de seus documentos teve por resultado o desaparecimento das mulheres de um relato histórico voltado a essas questões.

Apesar do esforço de intelectuais dos oitocentos, ligadas à chamada *Querelle des Femmes*<sup>1</sup>, somente no último século e em algumas sociedades foi possível observar o desmoronar de algumas fronteiras de ordem social profundamente adrocêntricas, um desdobramento das lutas da segunda onda feminista. De fato, surgido da “revolta” das mulheres frente às normas e condições sociais que limitavam suas ações e determinavam seu enclausuramento na esfera privada, os feminismos contemporâneos rapidamente se delinearam durante o final dos anos de 1960 enquanto um projeto intelectual e político para pensar e agir em nome de um ‘nós mulheres’.

Intelectuais intimamente ligadas/os às pautas feministas passaram a questionar a dinâmica sexuada das relações sociais, fraturando uma tradição de pensamento que excluía as mulheres dos locais de produção – seja como produtoras ou como sujeitos do conhecimento. Com o estabelecimento dos estudos feministas, as/os historiadoras/es voltadas/os para o passado das mulheres – pautadas/os na ideia do trabalho de teorização como uma forma de ação política – contribuíram para uma crítica epistemológica acerca do passado. Assim, os feminismos se focaram no sexismo da produção da escrita histórica e de sua pretensa objetividade, transformando as práticas e

<sup>1</sup> A *Querelle des Femmes*, durante os séculos XV e XVI, foi um debate literário e filosófico predominantemente masculino acerca das capacidades intelectuais e amorosas das mulheres, mas que contou com pensadoras proto-feministas, como Christine de Pisan (1364-1430) e Isabel de Villena (1430-1460). Durante o XIX e atualmente, a *Querelle* se alinhou à produção feminista do saber. Ver, por exemplo, Joan Kelly (1982); Ann Mari May (2008); Joan Scott (2001).

instituindo uma visão outra de história (MATOS, 2000; PEDRO, 1992; SCOTT, 1992).

É nesse ensejo que o termo patriarcado<sup>2</sup> foi adotado por intelectuais e militantes feministas, enquanto conceito representante do sistema a ser combatido. Na acepção dos feminismos, o patriarcado designou uma formação social em que os homens detinham o poder, ou ainda, um sinônimo de dominação masculina e da consequente opressão das mulheres (DELPHY, 2009, p. 173).

Contudo, os estudos feministas não possuíram uma única voz ou objetivos homogêneos. A partir dos anos 1970 foi possível identificar essa pluralidade intrínseca ao pensamento feminista, que se distinguiram por diferentes visões de mundo, logo, distintas filiações teóricas, conceituais e políticas. Portanto, a teorização do termo patriarcado foi realizada, principalmente (mas não só), dentro do feminismo radical, ligado ao pensamento materialista.

No caso das ciências humanas e sociais, como a história, uma das respostas encontradas para a liberdade feminina foi a busca de um passado no qual as mulheres estiveram livres do jugo do patriarcado. Tal comprovação foi entendida como um meio de legitimar as ideias de abolição do sistema patriarcal e o fim da subordinação feminina. Foi justamente neste contexto intelectual de buscas por sociedades que existiram fora do sistema patriarcal que se promoveram os primeiros estudos sobre as mulheres do antigo Egito.

A partir dessa breve consideração sobre a trajetória feminista, propomos debater, no presente texto, a construção da história das mulheres egípcias como fruto dos estudos feministas. Para tanto, iniciaremos com uma reflexão sobre o princípio dos estudos feministas ligados à proposta de libertação das

<sup>2</sup> Para um melhor decorrer do texto falaremos da estrutura patriarcal de maneira generalizada, pois as próprias feministas radicais, escopo de estudo deste texto, discordaram em alguns pontos de interpretação desse sistema. Para Raewyn Conell (1994, p. 87), as principais divergências encontraram-se em torno das relações traçadas entre o patriarcado e o sistema de classes: por um lado, há um entendimento do sistema patriarcal como algo paralelo, igualmente completo e plenamente análogo à estrutura de classes; por outra, observa-se a percepção de que essas estruturas encontram-se intrínsecas dentro de uma totalidade social e não como análogas.

mulheres sugeridas pelo feminismo radical; focando, principalmente, na questão do patriarcado e da existência de um passado anterior a este sistema, no qual as mulheres ocuparam um papel de destaque político e social.

A seguir, apontaremos como estes debates foram parte estruturante da escrita da egiptologia, nos focando em obras que, na última metade do século XX, se propuseram estudar as mulheres do antigo Egito. Objetivamos, assim, evidenciar como o gênero, para além da noção de diferenças socioculturais entre homens e mulheres, constituiu primeiramente uma egiptologia no masculino e, a partir da crítica feminista, passou por um processo radical de filoginia.

## O Feminismo Radical: Do Patriarcado ao Matriarcado

O feminismo radical foi uma corrente intelectual e política que, diferentemente do chamado feminismo da igualdade<sup>3</sup>, defendeu um separatismo social e uma profunda diferença entre homens e mulheres. Nessa premissa, as feministas radicais acreditavam que, para as mulheres ocuparem lugares equitativos aos homens na produção do saber, não era preciso apenas uma mudança de atitude das/os pesquisadoras/es, mas, também, de cunho epistemológico e de ensino (SCHIENBINGER, 2001, p. 25).

Portanto, uma das grandes contribuições dessa forma de pensamento feminista foi o de fraturar a noção de que a ciência é neutra. Evidenciou-se como valores atribuídos às mulheres foram excluídos da produção científica, pontuando o papel fundamental desempenhado pelos saberes na construção e legitimação de uma desigualdade entre os homens e as mulheres. Essa forma de pensamento feminista marcou a diferença, especialmente a biológica, para alcançar uma equidade (e não igualdade) social.

---

<sup>3</sup> O feminismo da igualdade ou liberal entendeu as mulheres como iguais aos homens e, portanto, lutaram por oportunidades iguais, como na educação e no trabalho. O trabalho desta corrente feminista, extremamente ligado ao pensamento beauvoirista, foi muito importante para o ingresso das mulheres no mercado de trabalho, em especial na academia. Ver, por exemplo, Francine Descarries (2000).

Apesar das divergências dentro dos estudos feministas, as intelectuais inseridas dentro do movimento da segunda onda, em um panorama geral, questionavam “justamente que o universal, em nossa sociedade, é masculino, e que elas não se sentiam incluídas quando eram nomeadas pelo masculino” (PEDRO, 2005, p. 80). Enquanto projeto intelectual e político, os feminismos passaram a reivindicar uma identidade comum, a ‘mulher’, convergindo, no campo acadêmico, para uma proposta intelectual comum: opor-se aos pressupostos androcêntricos dos saberes dominantes, rompendo, com essa atitude, com a rigidez de proposições normativas e estáticas de pensamento.

No caso específico da história, as feministas – inseridas dentro do projeto político e intelectual da história das mulheres – passaram a pensar a categoria ‘mulher’ em contraposição à palavra ‘homem’, entendida como um termo universal que pretendia abarcar todos os seres humanos. A historiadora Cécile Dauphin (1978, p. 494 – grifo nosso) pontuou, por exemplo, como Marc Bloch colocou, há mais de meio século, o ‘homem’ – enquanto termo assexuado e universalizante – no centro da investigação histórica, afirmando que esse era o objeto único de preocupação dessa disciplina. Para a autora, a história se tornou “um trabalho de homens que escrevem a história no masculino, não é de admirar que a exclusão da mulher tenha parecido e pareça ainda absolutamente natural”.

Ao integrarem um movimento político de maior envergadura, a história das mulheres foi um dos motores de uma renovação do campo histórico, colocando em questão a pretensa objetividade dessa disciplina e propondo uma transformação de suas práticas, uma formulação de uma visão outra de sociedade. Com o florescimento dos estudos feministas, várias proposições teóricas foram enunciadas e, conseqüentemente, as ciências humanas sofreram uma revisão de paradigmas. Tais questões tinham um objetivo político definido, extremamente presente na emergência e no estabelecimento da história das mulheres: produzir sujeitos mulheres autônomos e atrizes de suas próprias vidas e do campo político, um processo de libertação do jugo masculino (PERROT, 1995; SCOTT, 1992).

Para a historiadora Joan Scott (1992, p. 67), pontuou como a história das mulheres foi um importante partícipe para a criação dessa identidade coletiva para indivíduos do sexo feminino, a ‘mulher’; assim, alinhando-se aos objetivos políticos mais gerais dos estudos feministas: o fim da subordinação, da invisibilidade e da impotência das mulheres, com vistas a criar uma equidade e ganhar um controle sobre seus corpos e suas vidas.

Ao entrar em contato com o pensamento materialista, as feministas radicais passaram a teorizar e combater a estrutura patriarcal e capitalista da sociedade. O patriarcado, nesse sentido, passou a ser o ponto de partida para se questionar uma subordinação injustificada contra a ‘mulher’, bem como as formas de sustentabilidade desse sistema e como seria a vida sem ele.

A socióloga Raewyn Connell (1990, p. 85) destacou a necessidade de reconhecermos como a teoria do patriarcado esteve longe de ser um sistema bem estruturado. Para a autora, devemos tomar consciência da própria historicidade da categoria patriarcal, pois a análise contemporânea do patriarcado não se constitui enquanto um objeto novo de conhecimento. Essa questão, ao contrário, já estava presente nos escritos de Mary Wollstonecraft e do Marquês de Sade, durante o século XVIII, desenvolvendo-se contemporaneamente em um complexo movimento de pensamento; uma luta para identificar padrões e conexões, com o intuito de apreender suas formas e de falar a seu respeito.

Em uma análise das ligações do pensamento feminista com a proposta materialista, Maria Garretas (1994, p. 72) definiu a estrutura patriarcal como resultado da histórica tomada de poder por parte dos homens sobre as mulheres, cujo agente ocasional foi de ordem biológica, mas que foi elevado à categoria política e econômica. Essa tomada de poder passou forçosamente pela submissão das mulheres à maternidade, à repressão da sexualidade e à apropriação total da força de trabalho do grupo dominado, do qual o primeiro, mas não o único produto, são as/os filhas/os. A autora ainda propôs a existência de uma extensão desse poder sobre a família em geral e uma consequente consolidação de uma hierarquia social, em que os homens ostentam o poder em todas as instituições da

sociedade e as mulheres são privadas do acesso a esse poder.

Conseqüentemente, um dos princípios organizadores do sistema patriarcal foi a chamada divisão sexual do trabalho. Segundo Danièle Kergoat (2009, p. 67), essa questão foi identificada pelas antropólogas feministas não como uma complementariedade de tarefas, mas uma relação de poder dos homens sobre as mulheres; uma forma de poder exercida por meio da violência. Para a autora, a divisão sexual do trabalho tem dois princípios organizadores: o da separação – trabalho de homens e trabalho de mulheres – e o de hierarquização – trabalho masculino vale mais do que o trabalho feminino. Estas proposições acabaram por caracterizar a destinação prioritária dos homens à esfera pública/produzida e das mulheres à esfera privada/reprodutiva. Por muito tempo, a divisão sexual do trabalho esteve pautada em uma ideologia naturalista que relegou o gênero ao sexo biológico (genital) e reduziu as práticas sociais a papéis sociais sexuais, os quais remetiam ao destino natural da espécie.

Frente a esta problemática, as feministas procuravam em seus estudos uma forma de legitimar sua crítica à estrutura patriarcal e suas conseqüentes fronteiras de espaços masculino e feminino, impostas na divisão sexual do trabalho. Conforme colocou Françoise d’Eaubonne (1997, p. 7), as feministas se apropriaram das teorias sociológicas que definiram a existência de formas de comunidades ou culturas humanas pré-patriarcais, centradas na mulher e na sua fecundidade. O foco das intelectuais ligadas às ciências humanas, como a história das mulheres, foi o de buscar no passado, especialmente nas sociedades pré-históricas e antigas, culturas em que as mulheres ou heroínas ocuparam lugares de destaque na esfera pública.

Desde finais do século XIX, as feministas buscaram em trabalhos sobre a origem da família os conceitos de matriarcado e matrilinearidade como uma forma de construir uma crítica à origem da supremacia masculina que marca o sistema patriarcal. A socióloga Joan Bamberger definiu, em um estudo sobre a existência do matriarcado, como:

O primeiro e mais erudito estudo sobre o matriarcado foi publicado em Stuttgart, em 1861, pelo jurista e estudioso clássico Johann Jakob Bachofen. Seu *Das Mutterrecht* (O Direito Materno) teve um

impacto na visão do século dezenove sobre a evolução das primeiras instituições sociais. (...) Bachofen tentou estabelecer como um fato moral e histórico a primazia do “direito materno”, que ele pensou ter nascido de uma associação natural e biológica da mãe com a criança. Matriarcado, ou a dominação da mãe “sobre a família e o estado”, de acordo com Bachofen, foi um desenvolvimento tardio gerado por uma profunda insatisfação da mulher com a “sexualidade não regulada” que os homens forçaram sobre ela. Uma gradual série de modificações na família matriarcal levou à instituição do casamento individual e a transmissão matrilinear da propriedade e nomes. Este estágio avançado do direito materno foi seguido por um governo civil das mulheres, que Bachofen chamou de ‘ginecocracia’. O governo das mulheres foi eventualmente sobreposto pelo “princípio divino do pai”, mas não antes de deixar sua marca em uma situação religiosa (1974, p. 263-264).

No século XIX, diversos estudos refutaram a primazia de sociedade matriarcas, pontuando o patriarcado como condição primeira das sociedades humanas. Edward Westermarck (1891) defendeu, por exemplo, esta precedência da estrutura patriarcal, apontando como homens poderiam dominar em assuntos da família e da política em sociedades com sistemas de descendência familiar matrilinear (Ibidem).

Nesta mesma linha patriarcalista, o trabalho Friedrich Engels – em especial o livro *A Origem da Família, da Propriedade Privada e do Estado* – se tornou uma das principais referências feministas sobre os conceitos de matriarcado, matrilinearidade e patriarcado. Como mencionado anteriormente, as feministas radicais foram fortes caudatárias do pensamento materialista, pois percebiam nessa abordagem teórica um meio de romper com a sujeição social na qual as mulheres se encontravam. Contudo, o pensamento androcêntrico do próprio materialismo foi foco de crítica de algumas intelectuais feministas.

Para Friedrich Engels (1994, p. 100-104), a submissão feminina ocorreu com o início da propriedade privada e a necessidade masculina de uma paternidade indiscutível sobre os seus herdeiros. Assim, a monogamia surgiu sob a forma de escravização de um sexo pelo outro, ou seja, somente com o fim da propriedade privada é que se poderia ter o fim da subordinação feminina (Ibidem, p. 115-116). Para as feministas radicais, Friedrich Engels desviou – ao apontar como a opressão feminina teve como única fonte de origem a instauração da propriedade privada – dos homens a exploração das mulheres em sua própria classe. Segundo Maria Garretas (1995 p. 96), esta explicação tem a vantagem de apaziguar o debate e a

luta em torno da participação do proletariado na manutenção sistema de dominação patriarcal, evitando, assim, a dispersão das forças na luta contra o capitalismo. Outro ponto da crítica feminista ao pensamento de Friedrich Engels focou-se na visão deste sobre os povos ‘primitivos’ baseados no direito materno como uma etapa anterior ao direito paterno dos povos ‘civilizados’ (1984, p. 48). Joan Bamberger (1974) definiu como essa forma de leitura percebeu o direito materno como um estilo de vida arcaico, extremamente diferente do nosso.

Ao beberem nessas interpretações da origem da família do século XIX, as feministas da segunda onda redefiniram e reutilizaram os termos patriarcado, matriarcado e matrilinearidade em sua contenda política. O matriarcado foi utilizado, nessa perspectiva, como termo referente à forma de organização social em que o poder residiu na figura materna: descendentes eram reconhecidas/os por meio da linhagem materna, a mãe era a chefe da casa e a criança pertencia à família materna. A matrilinearidade – a descendência pela linhagem materna – era uma característica da estrutura matriarcal, mas poderia operar em sociedades patriarcais (FLUEHR-LOBBAN, 1979, p. 341).

Nesse contexto, as feministas radicais apropriaram-se de conceitos do século XIX, utilizando-os e alterando-os em seu empreendimento político de construir um passado no qual as mulheres usufruíram de maiores direitos do que os homens (ou pelo menos em um nível de equidade). Esta busca em romper o silêncio feminino no passado a partir da comprovação de uma época de ouro das mulheres teve profunda influência no desenvolvimento de uma história das mulheres no antigo Egito.

### **Igualdade de Gênero no Antigo Egito: Utopia ou Fato?**

A partir das propostas político-teóricas dos feminismos, especialmente do radical, estudiosas se voltaram para o antigo Egito como uma sociedade patriarcal, mas destacando a existência de uma estrutura matrilinear. Isto é, apesar da existência de um poder paterno, passou-se a defender que a transmissão

social, econômica e cultural, no antigo Egito, teria sido assegurada por uma linhagem materna. No início do século XX, trabalhos feministas, como o de Margaret Murray, se tornaram um importante exemplo dessa busca:

Eu não estou preocupada, no presente trabalho, com a origem da descendência matrilinear, nem mesmo com as razões deste costume. Eu meramente **desejo apontar que ocorria entre pessoas que costumamos olhar como civilizadas**, e, portanto, é de considerável importância para um entendimento correto de certos pontos da história antiga (1915, p. 37 – grifo nosso).

Na década de 1910, Margaret Murray sugeriu pensar o antigo Egito como um lugar “civilizado”, em que as mulheres ocuparam um papel social, cultural e político de igual importância ao homem. Em nosso entendimento, essa proposição feminista legitimaria reivindicações de um mesmo comportamento nas sociedades contemporâneas que se colocaram como ‘civilizadas’.<sup>4</sup> Assim, uma história das mulheres egípcias foi tomando forma a partir de considerações semelhantes as da autora acima citada; bem como o Egito passou, com a proposta de unidade indenitária das feministas, a ser definido por meio da categoria ‘mulher’.

Tal assertiva é observável na seguinte passagem de uma das primeiras obras egiptológicas dedicadas exclusivamente ao estudo das mulheres da antiga sociedade do Vale do Nilo:

O lugar da mulher, na sociedade egípcia de então, constitui, pois, **uma das mais belas demonstrações da modernidade dessa civilização** que soube fazer da mãe, da esposa ou da filha, **o objeto da mais perfeita igualdade, dentro da mais lógica das diferenças**, estado que a europeia do início do século XX estava,

---

<sup>4</sup> A busca feminista por sociedades na qual as mulheres estiveram livres do poder masculino foi um importante momento no desenvolvimento dos feminismos, influenciando não só o estudo de sociedades pré-históricas e antigas, mas também de comunidades contemporâneas isoladas do modo de vida das civilizações patriarcais. Na literatura, Charlotte Perkins Gilman escreveu, em 1915, o romance *Herland*, marcado por essa ideal utópico de sociedade ginecocrata. O livro descreveu uma isolada sociedade composta inteiramente por mulheres, que se reproduziam por partenogênese (o crescimento do embrião sem fertilização). A sociedade criada por Charlotte Gilman exemplificou o objetivo feminista de se encontrar uma sociedade feminina, pois o romance evidenciou como essa sociedade ideal – descrita inicialmente por olhos masculinos (o narrador) como incivilizada, por não possuir homens – desvelou-se como uma estrutura social superior, livre de guerras, conflitos e dominações trazidas pelas estruturas sociais masculinas, a saber, o patriarcado e o sistema de classe.

em muitos pontos de vista, bem longe de ter atingido (NOBLECOURT, 1994, p. 336).<sup>5</sup>

Portanto, os estudos feministas abriram um espaço para a escrita de uma história das mulheres egípcias. Os desdobramentos da busca política de um passado em que homens e mulheres desfrutaram de posições sociais semelhantes marcaram, como é possível observar, as primeiras produções sobre as mulheres egípcias. De maneira geral, a postura de comprovar que a sociedade do antigo Egito era um exemplo de uma idade de ouro para as mulheres marcou de duas formas a escrita egiptológica, a saber, com os debates em torno da teoria da herdeira e da equidade jurídica entre os sexos.

Para se entender as discussões acerca da teoria da herdeira, é necessário pontuar que, na concepção das/os egípcias/os, a pirâmide social da humanidade culminava no rei, que estava mais próximo das/os deusas/es e pertencia de fato ao mundo destas/es e não era separável dele. Em casos particulares, o faraó se apresentou às/aos egípcias/os como um deus, o que o tornou um objeto de veneração cultural. Porém, o faraó foi, em primeiro lugar, o administrador do culto divino e representante da humanidade perante os deuses, relegando a ele a manutenção de *maat* – a ordem universal (HOURNUNG, 1994, p. 239).

A noção de realeza feminina era complementar ao rei, e a conexão entre os dois significou que um não poderia existir sem o outro. Nesse sentido, a posição ocupada pelas rainhas no Egito, assim como as dos faraós, foi determinada pela mitologia e pelo poder divino, ou seja, as mulheres que ocuparam a posição de rainha eram humanas, mas foram, por extensão, removidas da esfera mortal e dotadas de aspectos divinos (ROBINS, 1996, p. 42).

A complementaridade do rei e da rainha foi traduzida, em especial, pelo papel desempenhado pela deusa Ísis na cosmogonia heliopolitana. Algumas formas de análise do mito legitimaram, nesse sentido, a ideia de uma significativa importância do papel desempenhado pela esposa e pela mãe do faraó. Em uma análise do

---

<sup>5</sup> Obra originalmente publicada 1986 – a data da publicação original será informada nas obras analisadas que datam dos anos de 1980 e início dos 1990, uma vez que estas são marcadas historicamente pelas questões político-teóricas do feminismo radical.

mito heliopolitano, Margaret Bakos compreendeu que no início dos tempos homem e mulher constituíam uma unidade divina física e mental: Atum andrógono. Na luta pelo poder, estabelecido após a criação das/os outras/os deusas/es, o elemento masculino salientou-se na disputa entre Osíris (ordem) e Seth (caos); desta disputa o primeiro deus morreu e se tornou senhor dos mortos. Posteriormente, na disputa entre Hórus (filho de Osíris/Nova ordem) e Seth (caos), a primeira divindade saiu vitoriosa. Foi, contudo, o componente feminino, por meio da ação de Ísis (esposa e mãe), que proporcionou a legitimação de seu filho enquanto divindade vencedora. Nessa linha interpretativa, a ação da deusa resguardou o trono de seu irmão-marido, Osíris, para que, com a deposição de Seth, seu filho, Hórus, assumisse o governo do Egito (BAKOS, 2009).

6

O mito exemplificou o processo monárquico estabelecido na sociedade egípcia: quando um faraó morria, tornava-se Osíris e se estabelecia o caos, personificado por Seth, e seria a ação feminina que permitiria o surgimento do novo faraó, Hórus, que reestabeleceria novamente a ordem. Essa lógica levou estudiosas/os a defenderem que o direito ao trono, passado de pai para filho, esteve ligado estritamente à figura feminina, ou seja, passado de mãe para filha.

A matrilinear, em que o trono egípcio seria assegurado pela linhagem materna, foi parte constituinte do estudo de egiptólogas como Barbara Lesko. Apesar de não teorizar a questão da matrilinearidade, a autora se referiu a ela como parte fundante da estrutura política egípcia (LESKO, 1987). A teoria da herdeira – como a

ideia de matrilinearidade também é conceituada – foi retificada pelo trabalho da escritora Barbara Watterson, cuja obra explicou como a linhagem materna foi uma regra que assegurou o trono egípcio:

(...) um rei herdava o trono através do casamento com uma herdeira da realeza, a filha mais velha da rainha; como consequência, alguns deles casavam com todas as herdeiras, independentemente da consanguinidade. A tradição da matrilinearidade também explica o porquê, apesar dos reis egípcios aceitarem princesas estrangeiras como esposas, princesas egípcias não serem usadas para realizar alianças políticas pelo casamento – isto servia para impedir que governantes estrangeiros reclamassem o trono egípcio (WATTERSON, 1998, p. 23-24).

Conforme Watterson, a matrilinearidade não se restringiu à família real, mas se estendeu a todas as famílias egípcias. De tal modo, a propriedade familiar seria legitimada, assim como o trono, por uma linhagem feminina, de mãe para filha. Na visão desta egiptóloga, a teoria da herdeira assegurou às mulheres a possibilidade de exercerem influências fora da esfera privada e levou os egípcios a se descreverem fazendo alusão ao nome da mãe ao invés ao do pai, por exemplo, Ahmose, filho de Abana (Ibidem).

A aparente estrutura ginococrática do antigo Egito seguramente foi algo que permitiu pensar a existência de uma equidade entre homens e mulheres naquela sociedade. Contudo, a prova cabal para comprovar um sistema equitativo entre os sexos foi a posição jurídica da mulher no Egito, pois, para algumas/alguns pensadoras/es, as antigas egípcias usufruíram “milhares de anos atrás (...) de maiores direitos legais e privilégios que as mulheres de muitas nações do mundo de hoje” (Lesko, 1996, p. 1). A egiptóloga Barbara Lesko defendeu, nesse sentido, que tanto homens e mulheres tiveram um estatuto legal idêntico no antigo Egito, tendo em mente que a lei permitiu às mulheres possuírem e adquirirem bens e dispor de suas propriedades, tanto para venda quanto em testamento (LESKO, 1996, p. 29).

Para a egiptóloga a francesa Christiane Noblecourt, a mulher egípcia se apresentou como:

(...) feliz cidadã de um país em que **a igualdade dos sexos parece ter sido considerada, desde a origem, como um fato natural e tão profundamente enraizado** que o proclama foi sequer levantado. (...). Assim, na Antiguidade, o Egito é o único país que

---

<sup>6</sup> Tal assertiva foi revisitada, recentemente, pela egiptóloga Kathlyn Cooney (2008, p. 1-2): “O deus Atum é o primeiro deus criador, e seus poderes são atributos explicitamente masculino. Ele é “autocriado” por meio de um ato de masturbação, e ele cria a próxima geração de deuses por meio de um ato de ejaculação após seu corpo estar totalmente formado. Uma entidade feminina ajuda Atum a criar a si mesmo, mas esta entidade feminina foi também parte dele – sua mão, ou *djeret* em egípcio, uma palavra feminina, que age como seu receptáculo sexual. (...) Um número de documentos nos contam que Osíris recriou a si mesmo por meio de um ato de masturbação – um poder sexual masculino [a autora se refere ao ato de criação]. Ísis está presente para prover excitação sexual e para agir como um receptáculo para a concepção da próxima geração – o deus Hórus, mas ela não o traz de volta a vida”. Para Cooney, os elementos femininos foram, na mitologia heliopolitana de criação e renascimento, pensados como receptáculos e ajudantes; as deusas excitam, provocam e protegem, mas elas não criam, pois este é um ato essencialmente masculino.

verdadeiramente **dotou a mulher de um estatuto igual ao do homem** (NOBLECOURT, 1994, p. 207 – grifo nosso).<sup>7</sup>

Sob estes aspectos, o antigo Egito passou a ser interpretado como uma sociedade em que o reconhecimento filial – e suas prerrogativas de transmissão de propriedades e do poder político – ocorriam por meio da figura materna, mesmo que efetivamente o poder sobre a família e sobre o grupo social fossem atributos masculinos. Em outras palavras, a antiga sociedade do Vale do Nilo não foi analisado sobre o prisma do conceito de matricarado – a existência de um direito materno em uma sociedade em que o poder centra-se na mulher -, mas, ao beberem em debates oitocentistas sobre o conceito patriarcal e sua primazia social, as egiptólogas defenderam a existência de uma estrutura matrilinear – houve um poder paterno, mas a transmissão social, econômica e cultural era assegurada por uma linhagem materna.

### Considerações Finais

A crítica ao sistema patriarcal e a defesa de uma *mirada* feminina do passado postulou, enquanto parte constituinte da escrita de uma história das mulheres, o silêncio como uma barreira a se transpassar para tornarem as mulheres visíveis, mostrando-as como parte ativa do passado. Para romper com a sujeição feminina, as intelectuais se voltaram para sociedades em que encontraram traços da existência de uma equidade entre os sexos, como foi o caso do antigo Egito.

Como evidenciado, a ‘história da mulher egípcia’ (no singular) foi marcada pela proposta de um feminino original, livre do jugo patriarcal. Ao se pautar nas teorias do feminismo radical, a egiptologia analisou

---

<sup>7</sup> Recentemente diversas/os estudiosas/os questionaram se as mulheres realmente desempenharam uma igualdade legal na prática, detalhando como os documentos são pouco numerosos e que foram preservadas por sua natureza excepcional. Nas duas últimas décadas, a egiptologia tem contestado as afirmativas da existência de uma equidade entre os sexos no antigo Egito, pois definiu que o papel construído para o feminino, como se pode observar na figura de Ísis, foi o de tornar-se esposa e mãe. Assim, a mulher poderia, em seu direito, adquirir bens, por esforço pessoal ou por herança, e em teoria elas eram iguais aos homens perante a lei, mas, apesar de sua capacidade jurídica independente, a documentação demonstra que, no dia-a-dia, elas deixavam a seus maridos esse exercício. Ver, por exemplo, Terence DuQuesne (2008); Janet Johnson (1996); Robins (1996).

traços do passado com vistas a legitimar um futuro utópico; algo que se tornou problemático na materialização de uma noção idealizada do passado, uma retificação de uma esfera pré-cultural do autêntico feminino.

Ao comentar como essa busca feminista de um passado ideal atingiu as ciências humanas e sociais, a filósofa Judith Butler afirmou, em uma crítica à unidade *mulher*, como:

Esse recurso a uma feminidade original ou genuína é um ideal nostálgico e provinciano que rejeita a demanda contemporânea de formular uma abordagem de gênero como uma construção cultural. Esse ideal tende não só a servir a objetivos culturalmente conservadores, mas a construir uma prática excludente no seio do feminismo, precipitando precisamente o tipo de fragmentação que o ideal pretende superar (2008, p. 65).

A partir dessa concepção de Judith Butler, inferimos como a produção egiptológica, ora estudada, auxiliou no questionamento das afirmações auto-retificadoras da dominação social masculina, mas acabou promovendo uma reafirmação politicamente problemática das experiências das mulheres. Em nossa visão, a busca de um Egito matrilinear e equitativo foi, durante a segunda onda feminista, o objeto perdido do qual dependeu a liberdade das mulheres, cuja comprovação científica garantiria um futuro libertador às mulheres sob o jugo de um sistema opressor, o patriarcado.

O silêncio foi rompido. Os estudos feministas evidenciaram, ao influenciarem todos os campos do saber, como as mulheres não foram inativas ou estiveram ausentes nos acontecimentos históricos, mas, sim, foram sistematicamente omitidas dos registros oficiais e do relato histórico. De tal modo, o esforço de estudiosas/os, como as egiptólogas aqui estudadas, fizeram parte do processo chamado por Michelle Perrot (1995) de ‘acumulação primitiva’ e, assim, auxiliaram a compreender como

(...) é um contrassenso afirmar a ausência pura e simples das mulheres das dimensões religiosas, sociais, políticas, da arte, da criação de todos os seus domínios, uma vez que se tenha em mente a *historicidade absoluta das relações sociais* (SWAIN, 2008, p. 30).

Os estudos feministas evidenciaram, ao se apresentarem enquanto crítica epistemológica dos vieses sexistas do saber e de sua pretensa neutralidade, como o silêncio sobre as mulheres na história, para



além de uma ausência nos documentos, foi um ato político.

Ao se alinharem à noção de unidade identitária, a ‘mulher’, e ao postularem como crítica primeira à ideia de que até então se havia escrito somente uma meia história, a do ‘homem’, as egiptólogas evidenciaram a presença dos sujeitos femininos no passado e seu ativo papel como agentes históricos. É interessante notar, nesse contexto, como a egiptologia, um campo que se pretende neutro e objetivo, repensou seus paradigmas a partir de um projeto político-intelectual do feminismo radical, marcado, em alguma medida, por um caráter identitário e utópico/imaginário.

Este processo de filoginia do conhecimento – uma ciência ‘sobre’ mulheres escrita ‘por’ mulheres – se constituiu como um ato radical de engendramento do passado, tendo em vista que a luta diferencialista produziu, também, uma meia história, a da ‘mulher’. No caso da egiptologia, observamos como houve, nos anos 1980 e início dos 1990, um romper com a história no masculino, mas, em sua busca pela vocalidade dos sujeitos femininos, as egiptólogas isolaram as experiências das mulheres, excluindo, em muitos níveis, os homens de seus relatos.

Ao percebermos como passamos de uma história ‘no’ masculino para uma história ‘no’ feminino, compreendemos que até mesmo as teorias e as práticas feministas estão construindo gênero. Neste primeiro momento da história das mulheres egípcias, as egiptólogas, assim como diversas/os estudiosas/os de outras áreas do conhecimento, procuraram destacar e encontrar respostas possíveis ao silenciamento, subordinação e opressão das mulheres enquanto sujeitos sociais e do conhecimento, estabelecendo outras possibilidades de se pensar o feminino e suas relações com o passado.

## Referências

- BAMBERGER, Joan. The Myth of Matriarchy: Why Men Rule in Primitive Society. In: ROSALDO, Michele & LAMPHIRE, Louise. *Women, Culture, and Society*. California: Stanford University Press, 1974, p. 263–280.
- BUTLER, Judith. Problemas de Gênero: Feminismo e Subversão da Identidade. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.
- CONNELL, Raewyn. Como Teorizar o Patriarcado. *Educação e Realidade*, Porto Alegre, v. 16, n° 2, pp. 85-93, 1990.
- COONEY, Kathlyn. The Problem of Female Rebirth in New Kingdom Egypt: The Fragmentation of the Female Individual in her Funerary her Funerary Equipment. In: GRAVES-BROWN, Carolyn. *Sex and Gender in Ancient Egypt: ‘Don You Wig for a Joyful Hour’*. Swansea: The Classical Press of Wales, 2008, pp. 1-25.
- D’EAUBONNE, Françoise. *As Mulheres Antes do Patriarcado*. Lisboa: Veja Universidade, 1977.
- DELPHY, Christine. Patriarcado. In: HIRATA, Helena; LABORIE, Françoise; LE DOARÉ, Hélène ; SENOTIER, Danièle. *Dicionário Crítico do Feminismo*. São Paulo: Editra da Unifesp, 2009, p. 173-178.
- DESCARIE, Francine. *Teorias Feministas: Liberação e Solidariedade no Plural*. Textos de História, v. 8, n° 1/2, pp. 9-44, 2000.
- DuQUESE, Terence. Power of their Own: Gender and Social Roles in Provincial New Kingdom Egypt. In: GRAVES-BROWN, Carolyn. *Sex and Gender in Ancient Egypt: ‘Don You Wig for a Joyful Hour’*. Swansea: The Classical Press of Wales, 2008, pp. 63-70.
- ENGELS, Friedrich. *A Origem da Família, da Propriedade Privada e do Estado*. São Paulo: Global Editora, 1984.
- FLUEHR-LOBBAN, Carolyn. A Marxist Rappraisal of the Matriarchate. *Current Anthropology*, v. 20, n° 2, pp. 341-359, 1979.
- GARRETAS, Maria Milagros. *Nombrar el Mundo en Feminino: Pensamento de las Mujres y Teoria Feminista*. Barcelona: Icaria Editora, 1994.
- GILMAN, Charlotte Perkins. *Herland*: Terra de Mulheres. São Paulo: Francisco Alves, 1981.
- HOURNUNG, Erik. O Rei. In: DONADONI, Sergio. *O Homem Egípcio*. Lisboa: Editorial Presença, 1994, pp. 237-262.

- JOHNSON, Janet. The Legal Status of Women in Ancient Egypt. In: CAPEL, Anne & MARKOE, Glenn. *Mistress of the House, Mistress of Heaven: Women in Ancient Egypt*. New York: The Brooklyn Museum, 1996, p. 175-186.
- KELLY, Joan. Early Feminist Theory and the Querelle des Femmes, 1400-1789. *Sings*, v. 8, n° 1, pp. 4-28, 1982.
- LESKO, Barbara. *The Remarkable Women of Ancient Egypt*. Providence: Scribe, 1987.
- \_\_\_\_\_. *The Remarkable Women of Ancient Egypt*. Providence: Scribe, 1996.
- KERGOAT, Danièle. Divisão Sexual do Trabalho e Relações Sociais de Sexo. In: HIRATA, Helena; LABORIE, Françoise; LE DOARÉ, Hélène ; SENOTIER, Danièle. *Dicionário Crítico do Feminismo*. São Paulo: Editora da Unifesp, 2009, p. 67-75.
- MATOS, Maria Izilda. *Por uma História das Mulheres*. Bauru: Edusc, 2000.
- MAY, Ann Mari. Gender and the Political Economy of Knowledge. In: BETTIO, Francesca. *The Frontiers in the Economics of Gender*. London and New York: Routledge, 2008, pp. 267-285.
- MURRAY, Margaret. Royal Marriages and Matrilineal Descent. *The Journal of the Royal Anthropological Institute of Great Britain and Ireland*, v. 45, pp. 307-325, 1915.
- NOBLECOURT, Christiane. *A Mulher no Tempo dos Faraós*. Campinas: Papirus Editora, 1994.
- PEDRO, Joana Maria. Traduzindo o Debate: O Uso da Categoria Gênero na Pesquisa Histórica. *História*, São Paulo, v. 24, n° 1, pp. 77-98, 2005.
- PERROT, Michelle. *As Mulheres e os Silêncios da História*. Bauru: Edusc, 2005.
- \_\_\_\_\_. Escrever uma História das Mulheres: Relatos de uma Experiência. *Cadernos Pagu*, n. 4, pp. 9-28, 1995.
- ROBINS, Gay. *Women in Ancient Egypt*. Cambridge: Harvard University Press, 1996.
- SCHIENBINGER, Londa. *O Feminismo Mudou a Ciência?* Bauru: Edusc, 2001.
- SCOTT, Joan. El Problema de la Invisibilidad. In: ESCANDÓN, Carmen Ramos. *Género y Historia*. Mexico: Universidad Autónoma Metropolitana, 1992, p. 38-65.
- \_\_\_\_\_. História das Mulheres. In: BURKE, Peter. *A Escrita da História*. São Paulo: Editora UNESP, 1992.
- \_\_\_\_\_. “La Querelle des Femmes” no Final do Século XX. *Revista de Estudos Feministas*, v. 9, n. 2, pp. 367-388, 2001.
- SWAIN, Tânia Navarro. História: Construção e Limites da Memória Social. In: RAGO, Margareth & FUNARI, Pedro Paulo. *Subjetividades Antigas e Modernas*. São Paulo: Annablume, 2008, pp. 29-46.
- WATTERSOM, Barbara. *Women in Ancient Egypt*. London: Wrens Park, 1998.